

ATA DA ASSEMBLEIA DE 2018 DO GT HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL (ANPUH-BRASIL)

Aos 3 de outubro de 2018, às 18h, nas dependências da UNIRIO, como parte integrante da programação do II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, foi realizada Assembleia do GT História e Patrimônio Cultural da ANPUH Brasil, sob a presidência da coordenadora do referido GT, a Profa. Márcia Chuva. A coordenadora deu início à Assembleia informando aos presentes sobre as atividades do GT desde o XIX Simpósio Nacional de História, ocorrido em Brasília entre 24 e 28 de julho de 2017, quando a atual coordenação do GT assumiu suas funções. Indicou que, no período, a coordenação do GT manifestou-se formalmente, em algumas ocasiões, acerca de questões do campo do patrimônio cultural brasileiro, como a respeito do incêndio do Museu Nacional, ocorrido em setembro de 2018, tendo elaborado nota, bem como manifestando-se sobre a revisão da portaria n. 196/2016 do IPHAN, atendendo a demanda encaminhada pela ANPUH Brasil. Também houve continuidade das atividades de comunicação realizadas com os participantes do GT por grupo de e-mails e por Facebook. Quanto ao blog, elaborado assim que criado o GT, a secretária, Profa. Janice Gonçalves, informou que tentou contato com os coordenadores anteriores, para que informassem a senha de acesso, mas não obteve resposta, o que impossibilitou a sua atualização. Indicou-se a importância de proceder a um cadastramento dos integrantes do GT, bem como uma chamada para novos interessados; deliberou-se que, para tanto, deverá ser elaborado um formulário eletrônico, a ser divulgado por e-mail e pelo Facebook. Alguns dos presentes destacaram a importância de o GT, em substituição ao blog existente, contar com um sítio eletrônico próprio. Teve início então uma longa discussão acerca disso, com comentários favoráveis e desfavoráveis acerca de um sítio eletrônico hospedado em plataforma gratuita ou em servidor pago. Também foram levantadas questões quanto à capacidade de armazenamento do sítio eletrônico, uma vez que, nas discussões da mesa redonda “Diálogos patrimoniais 2: Diagnósticos sobre o campo de pesquisa do patrimônio na História”, foi sugerida, pela plateia, a disponibilização não só das referências da produção relativa ao patrimônio cultural como de seus arquivos digitais. Foram feitas muitas ponderações sobre as dificuldades aí implicadas, e um dos participantes da Assembleia, Yazid Jorge Guimarães Costa, recomendou que uma proposta de estrutura do sítio eletrônico fosse definida em 30 dias, para que então fossem levantados orçamentos junto a webdesigners e então tomada a decisão quanto ao formato final, à hospedagem e à manutenção e atualização do sítio eletrônico. A discussão então derivou para o nome do domínio a ser adotado, tendo sido feitas várias sugestões. A Profa. Cristina Meneguello destacou que nenhum nome de domínio pode ter mais de 26 letras. Também se discutiu se o domínio seria “.com”, “.org” ou de outro tipo. Feitas diversas ponderações e considerando-se que o GT não possui CNPJ, o que apenas cabe à ANPUH Brasil, optou-se por um “.com”. Acordou-se que o domínio será gtpatrimonioanpuh.com.br e a Profa. Cristina Meneguello, durante a reunião, já fez a solicitação do domínio. Apontou-se

que, juntamente com a chamada para novos integrantes do GT História e Patrimônio Cultural, poderia ser realizada uma campanha para articulação de GTs nos diversos estados da federação, ligados às seções estaduais da ANPUH. A Profa. Márcia Chuva ponderou que os estados têm realidades distintas e talvez nem todos demandem um GT, como ocorre no Rio de Janeiro. Mas considerou-se que a existência de GTs nos estados pode contribuir para aumentar a representação da ANPUH em espaços institucionais importantes, como, por exemplo, conselhos e comissões governamentais. Caberia realizar discussões específicas sobre a questão no âmbito das seções estaduais da ANPUH, pelos associados interessados em criar GT voltado para o patrimônio cultural. Ainda no que se refere às atividades desenvolvidas desde julho de 2017, a coordenadora do GT destacou que a maior parte delas esteve concentrada na organização do II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural, que envolveu, num primeiro momento, a definição da programação, a elaboração de projeto para captação de recursos de agência de fomento e a criação de um sítio eletrônico para divulgação das informações fundamentais sobre o evento. Para elaboração do sítio eletrônico, na plataforma gratuita “wix”, o GT contou com a colaboração fundamental de Brenda Coelho. Apesar do encaminhamento do projeto à CAPES, para captação de recursos pelo PAEP, o evento não foi contemplado; o recurso encaminhado também não foi acatado. Com isso, a organização contou, basicamente, com os recursos de inscrições e com o apoio da UNIRIO (três passagens e três diárias), muito especialmente do Programa de Pós-Graduação em História, que se responsabilizou por algumas das passagens de convidados para conferência e mesas ou coordenação de simpósios temáticos. Houve também o apoio da ANPUH-RJ, que forneceu bolsas, blocos de papel e canetas. Esclareceu que as despesas com passagens aéreas e hospedagem do vice coordenador do GT, Prof. Dr. Antonio Gilberto Ramos Nogueira, e da secretária do GT, foram obtidas junto às suas instituições ou assumidas por eles próprios. Acrescentou que não ser possível, naquele momento, indicar o quadro de receitas e despesas do evento, o que seria divulgado assim que concluídos todos os pagamentos. Alertou-se que o evento ainda demandará atividades ligadas à elaboração e encaminhamento de certificados, assim como confecção dos anais eletrônicos, sendo que estes últimos deverão ser publicados no sítio eletrônico da ANPUH Brasil. A Profa. Zita Possamai, presente à Assembleia, salientou que seria importante realizar um indicativo do local do próximo evento, em 2020. Abriu-se uma nova etapa de discussões, em que se salientou ser recomendável realizar o evento em região que não fosse o Sul (local do primeiro evento) ou o Sudeste (local do segundo). Os participantes do Ceará presentes à Assembleia se dispuseram a sediar o evento. Finalmente, Marcos Felipe de Brum Lopes, participante da Assembleia, propôs que fosse feita nota sobre a portaria que substituiu o IBRAM por uma agência – a ABRAM, o que foi aprovado pela Assembleia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia e eu, Janice Gonçalves, secretária do GT História e Patrimônio Cultural, redigi a presente ata, que segue por mim assinada e acompanhada da respectiva lista de presença. -